Durante o tempo em que o navio tiver capitão-de-bandeira só poderá ser utilizado em serviço do Estado, e não comercial. Nestas condições tem direito ao uso de bandeira e flâmula e goza das imunidades inerentes aos navios públicos.

Ministério da Marinha, 4 de Maio de 1961. — O Ministro da Marinha, *Fernando Quintanilha Mendonça Dias*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Políticos
e da Administração Interna

Portaria n.º 18 459

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar à Embaixada de Portugal em Paris, com efeitos a partir do dia 1 de Maio corrente, pela verba do n.º 4) do artigo 23.º, capítulo 3.º, do orçamento em vigor, as importâncias mensais abaixo designadas, a fim de ocorrer ao pagamento de salários ao pessoal assalariado em serviço na Embaixada, ficando assim alterada, a partir daquela data, a Portaria n.º 18 402, de 14 de Abril findo:

	Novos francos franceses
Encarregado do arquivo	1 400,00
Secretária-arquivista	1 350,00
Estenógrafa	710,00
Motorista	690,00
Porteiro	650,00
Contínuo	650,00
Contínuo	650,00
Contínuo	650,00
Empregada	300,00
Telefonista	190,00
	<hr/>
	7 240,00

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 4 de Maio de 1961. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias*.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas).

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações

Decreto n.º 43 657

Considerando que a aplicação do disposto nos artigos 231.º e 418.º do Decreto n.º 34 076, de 2 de Novembro de 1944, impossibilitou a promoção dos condutores de máquinas e electricidade dos correios, telégrafos e telefones do ultramar a directores de 3.ª classe e facultou aquele acesso a outros funcionários da mesma especialidade, mas com menor categoria e sem qualquer curso técnico;

Tendo em vista que tal circunstância não pode deixar de considerar-se inconveniente e mesmo injusta, tanto mais que para aquela promoção é motivo de preferência a superioridade de habilitações científicas de ordem técnica, conforme dispõe o § 1.º do artigo 231.º do mencionado decreto, vincando assim que a situação

criada aos condutores de máquinas e electricidade não fora prevista pelo legislador;

Ouvido o Conselho Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É reconhecido o direito de acesso aos quadros do pessoal superior dos correios, telégrafos e telefones do ultramar, nas mesmas condições em que ascendem os primeiros-oficiais e os radiotelegrafistas de 1.ª classe, aos condutores de máquinas e electricidade dos correios, telégrafos e telefones do ultramar.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Maio de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Adriano José Alves Moreira*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *A. Moreira*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Secretaria-Geral

Decreto-Lei n.º 43 658

No Decreto-Lei n.º 38 680, de 17 de Março de 1952, que remodelou a organização do Instituto de Alta Cultura, foi assinalada a importância das funções do respectivo secretário, que aí se classificou de «principal responsável das actividades do Instituto». Elevada a sua categoria, não lhe foi, no entanto, dada, dentro do próprio organismo, uma situação que facilitasse a eficácia das suas funções. Procura-se agora remediar essa falta, apontada pela experiência.

Por outro lado, convirá alargar o âmbito das condições da sua escolha, com o fim principalmente de aproveitar, a favor do Instituto, o trabalho de antigos bolseiros, que especial obrigação têm de conhecer a sua vida.

Assim:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. O artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 38 680, de 17 de Março de 1952, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 22.º O secretário é vogal nato da direcção e será nomeado por escolha do Ministro da Educação Nacional ou entre professores universitários catedráticos e extraordinários ou entre doutores ou ainda entre antigos leitores do Instituto que hajam exercido por mais de três anos as funções de secretário adjunto, competindo-lhe o vencimento do grupo C do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 26 115, de 23 de Novembro de 1935.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Maio de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Pedro Theotónio Pereira* — *Arnaldo Schulz* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Mário José Pereira da Silva* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias* — *Eduardo*

de Arantes e Oliveira — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Decreto-Lei n.º 43 659

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Compete à Reitoria da Universidade de Lisboa decidir sobre a forma de exploração dos restaurantes da Cidade Universitária de Lisboa.

Art. 2.º A exploração dos restaurantes poderá ser feita directamente pelo conselho administrativo da Universidade ou por entidade a quem ele confira delegação para o efeito ou ainda em regime de concessão, mediante concurso público cujo programa e caderno de encargos sejam aprovados pelo Ministério da Educação Nacional.

§ 1.º Para funcionamento dos restaurantes poderão ser concedidos subsídios, de importância a fixar por acordo dos Ministros das Finanças e da Educação Nacional, reembolsáveis ou não, conforme for estabelecido pelos mesmos Ministros.

§ 2.º O pessoal necessário para a exploração dos restaurantes será admitido e dispensado livremente e não terá outros direitos além dos que por lei se encontram estabelecidos para o pessoal de iguais ou idênticas categorias em instituições privadas.

Art. 3.º Pelo Ministério da Educação Nacional serão expedidos os regulamentos e instruções necessários para a execução deste decreto-lei.

Art. 4.º As despesas a que dê lugar a execução do presente diploma no ano de 1961 poderão ser satisfeitas pela verba do capítulo 3.º, artigo 195.º, alínea a), n.º 1), do orçamento de despesa do Ministério da Educação Nacional («Subsídios às instituições circum-escolares»).

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Maio de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Pedro Theotónio Pereira — Arnaldo Schulz — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Mário José Pereira da Silva — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias — Eduardo de Arantes e Oliveira — Adriano José Alves Moreira — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Junta de Colonização Interna

Decreto n.º 43 660

Considerando que a Junta de Colonização Interna foi autorizada a comprar uma parte da propriedade denominada «Quinta da Gouxa», situada no concelho

de Alpiarça, de que é proprietária a Sociedade Agrícola da Gouxa e Atela, L.ª;

Considerando que o encargo com a referida aquisição será pago parte no ano de 1961 e parte em 1962;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Junta de Colonização Interna a contratar com a Sociedade Agrícola da Gouxa e Atela, L.ª, a compra de uma parte da propriedade denominada «Quinta da Gouxa», situada no concelho de Alpiarça, pela importância de 15 000 contos.

Art. 2.º O pagamento far-se-á em duas prestações, em partes iguais, no ano de 1961 e no de 1962.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Maio de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — António Manuel Pinto Barbosa — Luís Martin Graça.

Decreto n.º 43 661

Tornando-se necessário regulamentar o disposto no § 6.º do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 43 355, de 24 de Novembro de 1960;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A verba destinada à concessão de participações será distribuída para a realização de obras de interesse colectivo e de interesse individual nas percentagens fixadas anualmente pelo Secretário de Estado da Agricultura, sob proposta da Junta de Colonização Interna.

§ único. Deverá manter-se disponível até final de Junho de cada ano um terço da verba atribuída para melhoramentos de interesse individual, a fim de poder ocorrer a estragos provocados pelas intempéries.

Art. 2.º Serão observadas na concessão de participações as seguintes prioridades:

A) Nas obras de interesse colectivo:

- 1.º Reparação de estragos provocados pelas intempéries nas propriedades rústicas e obras de rega, enxugo e defesa contra a erosão;
- 2.º Obras de electrificação ligadas às explorações agrícolas;
- 3.º Arroteamento de terrenos incultos;
- 4.º Outras obras.

B) Nas obras de interesse individual:

- 1.º Reparação dos estragos provocados pelas intempéries nas propriedades rústicas;
- 2.º Problema da habitação dos pequenos agricultores e assalariados rurais;
- 3.º Outras obras.

Art. 3.º As percentagens a atribuir a cada uma das categorias de obras serão fixadas tendo em conta as disponibilidades orçamentais existentes na verba respectiva e de acordo com os limites a seguir indicados:

- 1.º Reparação de estragos provocados pelas intempéries nas propriedades rústicas; problema da